

40 anos do Centro de Estudos Judiciários
9 de julho de 2019 – 14h30
Sala do Senado da Assembleia da República

- Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República
- Senhores Deputados
- Senhora Procuradora Geral da República
- Senhor Diretor do Centro de Estudos Judiciários
- Senhor Conselheiro Cunha Rodrigues
- Senhora Procuradora-Geral Adjunta (Raquel Rosa)
- Senhoras e Senhores Magistrados
- Ilustres Convidados
- Minhas Senhoras e Meus Senhores

Uma especial e feliz ocasião nos junta hoje aqui, na casa da democracia.

Lembramos os aniversários de acontecimentos infelizes, para nunca esquecer; e comemoramos os de momentos felizes, para os perpetuar.

Hoje comemoramos o 40º aniversário do Centro de Estudos Judiciários, perpetuando o momento original e feliz que foi o nascimento do CEJ, mas também lembrando o caminho percorrido e a maturidade de um modelo.

E ao comemarmos este aniversário prestamos homenagem a dois homens singulares.

Dois homens cujo percurso se cruza intensamente com a história da justiça Portuguesa num dos seus momentos mais marcantes: a transição da ditadura para o regime democrático.

António de Almeida Santos e José Narciso da Cunha Rodrigues, formaram a parceria virtuosa que concebeu a arquitetura das instituições judiciárias nacionais em democracia, dando nesse contexto, força de lei à criação de uma escola de formação de magistrados, o Centro de Estudos Judiciários, pensado como escola de post-graduação, habilitante para o ingresso nas magistraturas, com a abolição do regime de estágios então vigente e ruptura com a matriz vestibular do Ministério Público.

O modelo de Ministério Público que temos mantém-se, ainda hoje, como exemplo a nível europeu e internacional, pela sábia combinação da autonomia externa com um delicado equilíbrio de poderes entre o Conselho Superior e o Procurador-Geral da República.

A destruição desse equilíbrio, em prejuízo dos poderes atribuídos ao Procurador-Geral da República, desde a génese deste modelo, alteraria radicalmente o desenho institucional que conhecemos,

fragilizando irremediavelmente a figura do Procurador Geral e reduzindo a sua capacidade para responder pelos resultados da acção do coletivo que dirige.

A acção conjunta destes dois grandes vultos da política e da justiça portuguesa, Almeida Santos e Cunha Rodrigues, corporiza uma visão de enorme contemporaneidade e um penetrante sentido das grandes linhas de progresso para o futuro da justiça.

É para mim profundamente gratificante saudar a presença neste espaço do senhor Conselheiro Cunha Rodrigues e poder publicamente exprimir o meu reconhecimento pelo que fez pela construção das instituições judiciais que temos e de que nos orgulhamos. E também pela formação de magistrados, ainda antes da existência do CEJ.

O Centro de Estudos Judiciais, criado por diploma de 1979, começou em 1980 a prosseguir a sua missão principal de formar magistrados numa visão, ao tempo, profundamente inovadora e

dedicada, suprimo as necessidades dos tribunais da democracia recém-conquistada e criando uma nova cultura judiciária.

Foi um longo caminho, feito de sucessos e dificuldades, que nos trouxe ao que hoje reconhecemos como uma instituição essencial, que muito tem contribuído para a sociedade que temos, fortalecendo tribunais independentes e imparciais.

As instituições são feitas de pessoas e uma casa que forma pessoas, educando-as para a cidadania reforçada que se exige a um magistrado e dando-lhes um sólido acompanhamento técnico, e que o faz ao longo de 40 anos, merece o que hoje aqui se vai fazer: lembrar as fundações e semear o futuro.

Sendo tutelado pelo Ministério da Justiça, o CEJ é, na sua gestão, uma escola alinhada com os Conselhos Superiores, com os Supremos Tribunais, com o Procurador Geral da República, a Assembleia da República com a Ordem dos Advogados, com a academia – cujos representantes integram o conselho geral –

num caldo de diversidade de competências enriquecedor e facilitador da ligação a vários mundos.

Nestes últimos três anos o CEJ cumpriu a sua missão, na formação inicial, usando em pleno a sua capacidade instalada, com a admissão de 380 auditores para ambas as magistraturas, para dar resposta às crescentes necessidades do sistema.

Chega agora um tempo de balanço e reflexão, que se harmoniza em pleno com o aniversário cuja celebração iniciamos e com o brilho e inteligência dos presentes que se propõem contribuir para a mesma.